



Mesas Redondas - MR

31ª Reunião Brasileira de Antropologia - 31RBA

MR 001. (Re)Definições de Gênero e processos de biomedicalização

Jane Araújo Russo (IMS-UERJ) - Coordenador/a, Fabíola Rohden (UFRGS) - Participante, Débora Allebrandt (UFAL) - Participante, Jane Araújo Russo (IMS-UERJ) - Participante, Maria Claudia Pereira Coelho (ICS/UERJ) - Debatedor/a Esta mesa redonda tem como objetivo discutir algumas das novas formas de intervenções biomédicas relativas à sexualidade e à reprodução e suas interfaces com marcadores sociais da diferença, com destaque para a dimensão das relações de gênero. Pretende-se, dessa forma, fomentar o debate antropológico mais geral acerca das articulações possíveis entre a produção de variadas formas de conhecimento e de intervenções e seus efeitos no cotidiano, agregando diferentes perspectivas teóricas e campos de investigação empírica. Por meio de análises que se dedicam a compreender o impacto de novos recursos como a utilização de hormônios, distintos medicamentos e materiais genéticos, busca-se dar conta dos efeitos da disponibilização desses artefatos. A intenção é priorizar as interfaces entre ciências, tecnologias, sociedade e poder, tendo como foco as redes que envolvem desde a produção de conhecimentos e de tecnologias até suas repercussões relacionadas a novas formas de entendimento do sujeito em diversos cenários contemporâneos. Tais cenários abarcam o surgimento de distintas formas de (bio) sociabilidade e subjetividades, incluindo a apropriação crítica de conhecimento e tecnologia com o objetivo de auto-perfeioamento, implicando diferentes modos de distanciamento, aproximação e utilização do discurso médico-científico.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países – Argentina, Uruguai e Brasil – é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de memórias em disputa (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o progresso nacional, a afirmação das leis, a segurança dos cidadãos e da propriedade privada. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevideu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de



reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração ? instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiter-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política



dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras,



as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do Igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as ?lideranças Tembé? estabelecem entre ?saúde diferenciada?, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de ?novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOURMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajatória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como



articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu?", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 002. A emergência da vida na antropologia: relações com a técnica, a biologia e os STS

Carlos Emanuel Sautchuk (Universidade de Brasília) - Coordenador/a,
Marianne Lien (Universidade de Oslo) - Participante, Perig Pitrou (CNRS e EHESS - França) - Participante, Stelio Marras (IEB - USP) - Participante,



Carlos Emanuel Sautchuk (Universidade de Brasília) - Debatedor/a A vida e outros termos associados têm recebido cada vez mais centralidade da antropologia desde a virada do século, sinalizando o intento de ampliar ou transpor de forma sistemática suas fronteiras disciplinares. Tal fenômeno é observável tanto no plano dos recentes investimentos etnográficos (dos micróbios às domésticas, passando pela nova genética), quanto na forma de propostas de alternativas conceituais visando contornar os dilemas da oposição natureza e cultura e a segregação epistemológica entre ciências da vida e ciências sociais. Este movimento duplo - novos temas etnográficos e novos conceitos antropológicos - tem mobilizado sobretudo as zonas de interface da antropologia com outros campos, a exemplo das próprias vertentes da biologia (ecologia, etologia, semiótica etc.), dos estudos sobre ciência e tecnologia, da psicologia ecológica e das perspectivas antropológicas sobre a técnica, dentre outros. Há neste movimento ao menos dois tipos de questões fundamentais. A primeira se refere a como incorporar ao fazer antropológico métodos e conceitos oriundos de outras tradições de pensamento; o segundo são os impactos disto para a própria concepção do que é o humano e, portanto, dos contornos, preceitos e modos de fazer da antropologia. Esta mesa pretende investigar diversas facetas deste movimento recente e significativo na antropologia, buscando discutir sobre sua diversidade, potencialidade e limites.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países - Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de "memórias em disputa" (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o "progresso nacional", a "afirmação das leis", a "segurança dos cidadãos" e da "propriedade privada". Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração - instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo - e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a



orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal - surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú - PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiteer-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e



documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do Igarapé Cuduyarí,



UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as ?lideranças Tembé? estabelecem entre ?saúde diferenciada?, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de ?novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOURMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a



trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, ?A queda do céu?, com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o *modus vivendi* das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 003. Antropologia e Direitos Humanos à Alimentação

Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Participante, Denise Oliveira e Silva (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ) - Participante, Lana Magaly Pires (Universidade de Brasília) - Participante, Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE) - Debatedor/a

Direito Humano ? Alimenta??o A quest?es aligadas ao Direito Humano ? alimenta??o encontram-se diretamente relacionadas com as no?es de Seguran?a Alimentar e Fome enquanto problema Social. Seguran?a Alimentar ? um conceito muito trabalhado no Brasil atual mas ele tem diferentes conota?es conforme o pa?s. Cabe diferenciar Seguran?a Alimentar de Alimento Seguro e estabelecer claramente as diferen?as e rela?es. A Fome enquanto um problema social deixa de ser utilizada no Brasil sendo substitu?da por Seguran?a Alimentar. No entanto, o pa?s s? em 2014 saiu do Mapa Mundial da Fome da FAO e pode voltar este ano. Cabe verificar as pol?ticas p?blicas



ligadas a este caso, inclusive em sua situação atual. O debate gira, também, sobre a diversidade alimentar e as políticas ligadas às diversas formas de viver que existem no Brasil. Em função disso, cabe ver a definição de direito humano à Alimentação (tanto nacional quanto internacional) que traz a proteção à diversidade. Ou seja, o direito humano à uma alimentação adequada no sentido cultural. Este debate atinge diretamente aos antropólogos dedicados à antropologia da Alimentação.

MR 004. Antropologia e Saúde Coletiva: convergências, impasses e possibilidades

Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN) - Coordenador/a, Martinho Braga Batista e Silva (UERJ) - Participante, Daniela Riva Knauth (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Participante, Inara do Nascimento Tavares (Universidade Federal de Roraima) - Participante, Maria Luiza Garnelo Pereira (Instituto Leônidas & Maria Deane - FIOCRUZ) - Debatedor/a As relações entre a Antropologia e a Saúde Coletiva tem um histórico significativo e longo, tomando em consideração as duas áreas de conhecimento, ensino e pesquisa. Para além do foco evidente em questões e problemas referentes à saúde e doença, as duas áreas dividem preocupações objetivas a respeito de teoria e metodologias de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, consideram os aspectos institucionais que constituem e forjam intervenções e práticas voltadas a corpos, pessoas e populações. Além disso, chamam a atenção fortemente para sua dimensão política que caracteriza tanto as implicações da administração pública e dos efeitos de Estado, em suas materialidades e simbolismo, bem como consideram a esfera da participação e controle social, inclusive em termos dos efeitos, em paralelo dos ativismos biosociais e dos movimentos sociais em geral. Deve-se acrescentar que as trajetórias acadêmicas de antropólogos descrevem vinculações e inserções profissionais variadas em institucionais de ensino superior, em seus diferentes níveis, seja de graduação e pós-graduação em cursos e programas de Saúde Coletiva, cujo histórico merece maior entendimento e reflexo, o que vem a ser objetivo bastante salutar para as duas áreas de conhecimento científico. Nossa proposta é reunir especialistas, em diferentes momentos de formações e inserções acadêmico-institucional, cujas linhas de pesquisa são singulares, com o propósito de fazer um balanço das interfaces das duas áreas científicas.

MR 005. Antropologia por meio do fazer: experiências de correspondência com praticantes habilidosos em instituições públicas de ensino e pesquisa

Zoy Anastassakis (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - Coordenador/a, Raquel Gomes Noronha (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO) - Participante, Thiago Lopes da Costa Oliveira (Museu do Índio) - Participante, Amilton Pelegrino de Mattos (Universidade Federal do Acre) - Participante, Isabel Ribeiro Penoni (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) - Debatedor/a A mesa tem por objetivo debater e apresentar pesquisas e projetos conduzidos por antropólogo/as que vem se dedicando a fazer antropologia por meio de experiências de correspondência que não sejam pautadas em práticas clássicas de etnografia, documentação e transmissão de informação, mas, sim, em experiências sociais, inovadoras e colaborativas, por meio de response abilities (INGOLD, 2018; HARAWAY, 2016), nossas habilidades de responder, ou melhor, de corresponder (INGOLD, 2018, 2016) ao que fazem os outros, seja aqueles que encontramos em campo ou com quem convivemos nas instituições de ensino e pesquisa em que atuamos. Esses outros são aqui percebidos como praticantes habilidosos (INGOLD, 2000) com quem buscamos estabelecer relações de correspondência, criando assim



pesquisas e projetos comuns. Nesta mesa, tais questões emergem a partir de experimentações levadas a cabo em quatro instituições públicas, a saber, Museu do Índio - FUNAI, a Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ, a UFAC (Campus Floresta) e o Departamento de Desenho e Tecnologia da UFMA. Tais experimentos se constituem por meio de projetos colaborativos e práticas de ensino e pesquisa realizados em parceria com praticantes habilidosos tais como comunidades indígenas, quilombolas e de terreiro (MI, UERJ, UFAC e UFMA), artistas, artesãos e professores (MI, UERJ, UFAC e UFMA), estudantes de design (MI, UERJ e UFMA), e estudantes da licenciatura indígena no Centro de Educação e Letras da UFAC.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países - Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de "memórias em disputa" (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o "progresso nacional", a "afirmação das leis", a "segurança dos cidadãos" e da "propriedade privada". Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração - instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo - e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de



REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiteer-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados



pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como "área de mulher". Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés - CRIVA -, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de "área de mulher" são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as "áreas de mulher" são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois "Encontros de mulheres indígenas", de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do Igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte



Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as lideranças Tembé estabelecem entre saúde diferenciada?, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOURMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu?", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta



dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o *modus vivendi* das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 006. Artes, religião e memória: explorando transversalidades

Fernanda Arêas Peixoto (Universidade de São Paulo) - Coordenador/a, Emerson Giumbelli (UFRGS) - Participante, Christina Vital da Cunha (Universidade Federal Fluminense) - Participante, Fernanda Arêas Peixoto (Universidade de São Paulo) - Participante, Paola Lins de Oliveira (PPCIS/UERJ) - Debatedor/a

O objetivo desta mesa redonda ? propor articula?es entre os temas da mem?ria, da religi?o e das artes recorrendo a situa?es etnogr?ficas e casos precisos. Tais situa?es ser?o exploradas para mostrar como, a partir de cada um dos temas em exame, chega-se, por meio de media?es que ? preciso analisar e compreender, aos demais. As articula?es projetadas exploram dois vetores, que dialogam com discuss?es relevantes na antropologia contempor?nea. De um lado, representa?es, discursos e projetos que, em meio a controv?rsias, cont?m ou incidem em dimens?es pol?ticas, como mostram, por exemplo, os museus e as interven?es urbanas voltados para uma reflex?o sobre direitos. De outro lado, objetos, materiais e volumes, dos mais ?nfimos e vol?teis at? os mais monumentais e permanentes, que interpelam uma reflex?o sobre os espa?os e suas rela?es com agentes humanos e n?o humanos. Portanto, o debate proposto dirige-se aos dom?nios das artes, da religi?o e da mem?ria n?o a partir de antropologias espec?ficas ou especializadas, mas apostando em transversalidades que ativam discuss?es mais amplas.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países ? Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das



organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de ?memórias em disputa? (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o ?progresso nacional?, a ?afirmação das leis?, a ?segurança dos cidadãos? e da ?propriedade privada?. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevideu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração ? instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiteer-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua



respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social



Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como "área de mulher". Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés "CRIVA", criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de "área de mulher" são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as "áreas de mulher" são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparei a organização e realização de dois "Encontros de mulheres indígenas", de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do Igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade genericada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as "lideranças Tembé" estabelecem entre "saúde diferenciada?", discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma



dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de "novas lideranças", com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aponta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOUMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas



públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 007. Configurações de Poder no Brasil pós constituição de 1988: desvendando dispositivos de participação, inclusão e reparações

Carla Costa Teixeira (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA) - Coordenador/a, Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará) - Participante, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Participante, Antonio Carlos de Souza Lima (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/MUSEU NACIONAL-UFRJ) - Debatedor/a, Carla Costa Teixeira (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA) - Participante

Em 2018 a constituição da cidade completa 30 anos e com ela a jovem democracia brasileira findo o regime militar. Nesse percurso observamos muitas iniciativas políticas de diminuição das graves desigualdades que marcam a construção da nação e do estado em nosso país, bem como de ampliação dos espaços e das interações democráticas. O objetivo dessa mesa redonda é justamente contribuir para a compreensão de como nessa configuração práticas de poder antigas são reinventadas e novas são construídas. Para tal, a aposta é mais uma vez ancorar reflexões interpretativas em acuradas etnografias tomando como foco, especificamente, cenários de participação social indígena, de inclusão de indígenas e quilombolas no ensino superior e de ações indenizatórias estatais como forma de reparação de violências e violações. Assim, as sutilezas das relações de poder que operam em regimes democráticos podem surgir em regras de um jogo complexo que em muito transcendem vínculos explícitos de mando e subordinação, encarnando dispositivos de domínio eufemizados em processos de negociações, inclusões e reparações que trazem novas retóricas, legalidades, saberes, procedimentos, atores, valores e interesses.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países – Argentina, Uruguai e Brasil – é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de memórias em disputa (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o progresso nacional, a afirmação das leis, a segurança dos cidadãos e da propriedade privada. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos



conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração ? instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiteer-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o



COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas



suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as ?lideranças Tembé? estabelecem entre ?saúde diferenciada?, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de ?novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da



ação pública local e do sistema de atores (LASCOUMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajectoria e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui



com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 008. **Corpos vulneráveis: poder e resistências**

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp) - Coordenador/a, Lia Zanotta Machado (Universidade de Brasília) - Participante, Cynthia Andersen Sarti (Unifesp) - Participante, Patrícia Birman (UERJ) - Participante, Marcia Regina de Lima Silva (Usp) - Debatedor/a

Se a condição vulnerável marca inexoravelmente humanos (e não humanos) como seres que vivem e, como tal, estão expostos ao outro, a degenerescência e a morte, esta mesa propõe tratar dos mecanismos sociais de distintas ordens por meio dos quais alguns corpos e pessoas se na aceitação de Marcel Mauss - se tornam mais vulneráveis que outros. Falamos de mecanismos que, historicamente, circunscrevem e subjugam corpos e pessoas no interior de relações de poder e dominação, construindo e enraizando modos de subjetivação que reproduzem a sujeição na qual são forçados, mas apontam igualmente formas inusitadas de resistência. Para pensar essas vulnerabilidades e resistências, propomos, cada uma das participantes, discutir diferenças e desigualdades específicas, que trazem a marca de gênero, da pobreza, do racismo e da violência, profundamente arraigadas numa sociedade com um passado escravocrata como a brasileira, mas abordadas aqui a partir de suas reconfigurações na atual conjuntura política do país. Incluímos a discussão da prática de tortura que, se marcou o período de exceção da ditadura militar (1964-1985), transcende essa localização histórica e está sub-repticiamente presente na sociedade brasileira como modo aceitável de tratar corpos marcados pela desigualdade.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países - Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de memórias em disputa (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o progresso nacional, a afirmação das leis, a segurança dos cidadãos e da propriedade privada. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais,



configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração ? instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiteer-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no



contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social,



de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as "áreas de mulher" são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois "Encontros de mulheres indígenas", de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do Igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as "lideranças Tembé" estabelecem entre "saúde diferenciada", discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de "novas lideranças", com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOUMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil,



pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu?", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 009. Desafios Profissionais para Antropólogos em seus Campos de Atuação: relatos de casos na Amazonia.

Marcos Silveira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA) -



Coordenador/a, Patricia Carvalho Rosa (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) - Participante, Hugo Ferreira Netto Loss (IBAMA) - Participante, Walter Alves Coutinho Junior (Ministério Público Federal - MPF) - Participante, João Francisco Kleba Lisboa (Universidade Federal do Paraná) - Debatedor/a Cresce o número de antropologas/os que se vê diante de novas situações profissionais, especialmente fora da universidade, na qual são levados a atuar não apenas como etnógrafas/os, mas como agentes de mediação, para a qual a formação em pesquisa etnográfica continua fundamental, contudo desempenhando novos papéis, inclusive diante dos interlocutores consagrados da antropologia, índios, ribeirinhos, quilombolas. Nesta mesa, propomos ouvir e discutir a experiência de três profissionais que atuam na região Amazônica, no MPF, no IBAMA e no Instituto de pesquisa Mamirauá, para termos uma visão ampla dos desafios que encontram atuando como técnicos, gestores e pesquisadores no âmbito das demandas que estes grupos procuram atender. Está em jogo não apenas a formação do especialista no lidar com estas alteridades e suas realidades heterogêneas, mas em experiências profissionais que mobilizam a formação em antropologia para outras direções, exigindo que a própria formação profissional seja repensada.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países - Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de memórias em disputa (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o "progresso nacional", a "afirmação das leis", a "segurança dos cidadãos" e da "propriedade privada". Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração - instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo - e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes



Trabalho completo

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal - surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú - PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiter-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da



Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado



pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as lideranças Tembé estabelecem entre 'saúde diferenciada?', discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de 'novas lideranças?', com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOUMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Albert engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e



política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, 'A queda do céu?', com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 010. Direitos Culturais e Territoriais, Práticas Estatais e Empresariais e Desenvolvimento

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) - Coordenador/a, Raquel Mombelli (NEPI/UFSC) - Participante, Andrea L. Zhouri Laschefski (UFMG) - Participante, Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas) - Participante, Deborah Bronz (Universidade Federal Fluminense - UFF) - Debatedor/a Contemporaneamente, no Brasil, o reconhecimento de direitos culturais e territoriais tem sido posto ? prova por um conjunto de iniciativas e pr?ticas instituídas nos ?mbitos governamentais e empresariais que se fazem perceber especialmente no campo das pol?ticas desenvolvimentistas e ambientais, onde encontramos uma diversa gama de leis que regulam a situa??o dos povos tradicionais e de seus territ?rios. O regime discursivo do desenvolvimento tem sido acionado pelos governos e por diferentes instituíes e agentes para evocar, na pr?tica, a imposi??o de um modo de vida (capitalista e modernizante) sobre a grande diversidade



cultural previamente reconhecida e garantida por leis nacionais e internacionais. Dessa forma, se coloca a questão sobre as implicações desse regime discursivo que o desenvolvimento como necessidade primordial na sociedade capitalista contemporânea, que produz modos de vida permitidos e impossibilita e desqualifica outros. Para suscitar uma reflexão e um debate mais aprofundando sobre esse tema, a mesa redonda propõe reunir experiências etnográficas de pesquisadores em situações de conflitos socioambientais, reivindicação de direitos territoriais e práticas de governança no âmbito da implementação de grandes projetos de desenvolvimento.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países – Argentina, Uruguai e Brasil – é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de memórias em disputa (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o progresso nacional, a afirmação das leis, a segurança dos cidadãos e da propriedade privada. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração – instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo – e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ – sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal – surge no bojo das



discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiter-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança



tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por



referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as lideranças Tembé estabelecem entre "saúde diferenciada", discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de "novas lideranças", com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aponta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOUMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na



mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o *modus vivendi* das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 011. Direitos Humanos, Políticas Públicas e Deficiência

Patrice Schuch (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS) - Coordenador/a, Claudia Lee Williams Fonseca (Professora permanente colaboradora) - Debatedor/a, Anahi Guedes de Mello (UFSC) - Participante, Nádia Elisa Meinerz (Universidade Federal de Alagoas) - Participante, Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP) - Participante

Considerando a importância das categorias discursivas na discussão sobre os direitos humanos, esta mesa redonda privilegia o estudo dos processos de inscrição em políticas públicas de expertises, experiências, categorias, formas de registro, classificações e avaliações de sujeitos e populações relacionados a "deficiência". Seu objetivo geral é a compreensão da vida social das categorias, diagnósticos, projetos e formas de intervenção relacionadas a deficiência, bem como as interseções da deficiência com outros marcadores da diferença, tais como gênero, classe e/ou raça e etnia. No âmbito das problemáticas que relacionam ciência, poder, Estado e lutas sociais, acreditamos que tais problemáticas mobilizam um conjunto amplo e heterogêneo de proposições estatais, científicas e morais pouco homogêneas, que nos interessa debater. O intuito desta mesa redonda compreender as maneiras em que tais construções acabam se expressando em categorias de políticas públicas, assim como em formas de registro, classificação e avaliação burocráticas, permitindo a promoção e proteção de direitos de determinados sujeitos, mas também eventualmente inviabilizando-os para outros. Arguindo por uma concepção performativa dos direitos, esta mesa redonda pode contribuir especificamente nas reflexões sobre as formas de institucionalização dos direitos humanos das pessoas com deficiência e suas formas de expansão pelas lutas sociais.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai



Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países ? Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de ?memórias em disputa? (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o ?progresso nacional?, a ?afirmação das leis?, a ?segurança dos cidadãos? e da ?propriedade privada?. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração ? instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiteer-Suruí, de



Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)



Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como "área de mulher". Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés - CRIVA, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de "área de mulher" são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as "áreas de mulher" são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois "Encontros de mulheres indígenas", de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do Igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as "lideranças Tembé" estabelecem entre "saúde diferenciada", discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de



Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de "novas lideranças", com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aponta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOURMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajectoria e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu?", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo



desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 012. Dramas técnico-morais de Estado: sobre tecnologias, moralidades e afetos que fazem o bom e o mau governo das vidas

Adriana de Resende Barreto Vianna (Museu Nacional/UFRJ) - Coordenador/a, Adriana de Resende Barreto Vianna (Museu Nacional/UFRJ) - Participante, Angela Mercedes Facundo Navia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - Participante, Maria Gabriela Lugones (Universidad Nacional de Córdoba) - Participante, Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Debatedor/a

A mesa dedica-se ? discuss?o,a partir de tr?s investiga?es etnogr?ficas distintas, de din?micas complexas entre linguagens, saberes e atores ancorados em especialidades ?t?cnicas? de governo e os acionamentos morais e afetivos mobilizados por aqueles que participam de tais situa?es. Longe de localizar em polos opostos a dimens?o ?t?cnica? e a ?moral-afetiva?, o que se busca explorar s?o seus borramentos, distin?es contingenciais e tr?nsitos estrat?gicos. O exerc?cio da ?compaix?o profissional? dos especialistas administrativos do ref?gio comp?e parte central da produ??o da verdade singular do sujeito refugiado, do ref?gio como um todo e da grande verdade na Na??o, como demonstra Facundo. De forma semelhante, as experi?ncias de familiares de presos provis?rios em busca de informa??o e recursos para agir em cen?rios que lhes parecem opacos, permite que apreendamos modos pelos quais o ?Estado? ? vivido como ordem fundamentalmente injusta ? e imoral, portanto ? que atravessa e comp?e compromissos afetivos densos, como busca discutir Vianna. Por fim, a avalia??o nos tribunais do (mau) proceder funcional de magistrados cordobeses em processos relativos ? ditadura argentina, permite-nos refletir sobre cren?as compartilhadas e universos socio-morais comuns entre agentes judiciais e perseguidos pol?ticos, como aponta Lugones. Em todos os casos est?o em jogo processos de reordenamento e codifica??o de sofrimentos que produzem simultaneamente vidas sob escrut?nio e modos de governo.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países ? Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de ?memórias em disputa? (POLLAK, 1989). O



povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o "progresso nacional", a "afirmação das leis", a "segurança dos cidadãos" e da "propriedade privada". Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração "instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo" e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal - surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política "e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú " PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiter-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais " e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.



Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e



mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como "área de mulher". Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés "CRIVA", criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de "área de mulher" são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as "áreas de mulher" são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois "Encontros de mulheres indígenas", de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as "lideranças Tembé" estabelecem entre "saúde diferenciada", discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés



metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de ?novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembés na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aponta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOUMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembés na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, ?A queda do céu?, com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política



dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 013. Estudos recentes sobre música indígena em diálogos comparativos

Deise Lucy Oliveira Montardo (Universidade Federal do Amazonas) - Coordenador/a, Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso) - Participante, Odair Giralдин (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS) - Participante, Maria Eugenia Dominguez (UFSC) - Participante

Os Estudos sobre musica ind?gena tem aumentando em n?mero e abordagens tem?ticas nas ?ltimas tr?s d?cadas. Esta mesa re?ne alguns pesquisadores que tem desenvolvido trabalhos sobre m?sica ind?gena em regi?es etnograficamente diversas das terras baixas da Am?rica do Sul. Pesquisas estas que est?o inseridas na rede do INCT Brasil Plural, um programa de pesquisas feitas sob o vi?s antropol?gico e que, quando cotejadas tem um grande potencial comparativo. Maria Eug?nia Dominguez (UFSC) apresentar? seu trabalho sobre sons, audi??o e conhecimento entre os flauteros guarani e chan? do oeste do Chaco desenvolvendo uma discuss?o sobre os t?picos ritual e hist?ria ind?gena; deslocamentos, m?sica e lugar. Sonia Louren?o (UFMT) trar? aspectos de pesquisas recentes que desenvolve com os estudantes ind?genas Kur?-Balairi, Manoki e Trumai-Kayabi, nos eixos ritual, m?sica, flauta e pol?ticas amer?ndias, destacando os regimes rituais musicais. Odair Giralдин (UFT) falar? sobre os ?g?neros vocais? nos Apinaje, numa abordagem que est? construindo em parceira com dois professores Apinaje. Al?m dos temas j? mencionados, a mesa colocar? em debate a pr?tica de pesquisa colaborativa que vem sendo desenvolvida com e entre os pesquisadores ind?genas, nos cursos de gradua??o, de licenciatura e de p?s-gradua??o.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países ? Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de ?memórias em disputa? (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o ?progresso nacional?, a ?afirmação das leis?, a ?segurança dos cidadãos? e da ?propriedade privada?. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da



memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração ? instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiter-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit



democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional



Índigena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as ?lideranças Tembé? estabelecem entre ?saúde diferenciada?, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de ?novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOUMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das



lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu?", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.



[Trabalho completo](#)

MR 014. Festas e patrimônio imaterial no Brasil

Léa Freitas Perez (Ufmg) - Coordenador/a, Marcos da Costa Martins (Plantuc Consultoria Socioambiental) - Participante, Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - Participante, Ulisses Neves Rafael (Universidade Federal de Sergipe) - Participante, Taís Diniz Garone (Doutoranada) - Debatedor/a Em 2016, realizou-se na 68ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, sob a coordenação da professora Fátima Tavares (Ufba) a mesa redonda Festas e patrimônio imaterial no Brasil que buscava abordar temas e dimensões das festas, apresentando uma diversidade etnográfica no Brasil que não se manifestam apenas em versões espetaculares de consumo turístico, mas também através de expressões locais que mobilizam interesses, estéticas e agenciamentos heterogêneos de populações invisibilizadas e vulneráveis com implicações diretas para e nas discussões contemporâneas sobre patrimônio imaterial no Brasil, uma vez que inúmeras festas têm sido objeto de dispositivos de patrimonialização. Foi a primeira vez que o tema festa se fez presente na pauta da SBPC, o que, sem sombra de dúvidas, foi um imenso avanço para quem se dedica ao tema. A produtividade das discussões então ocorridas nos leva a proposta de replicar a mesa, agora nos quadros da Rba.

MR 015. Gênero e Diversidade Sexual em Contextos Interiores e Etnicamente Diferenciados - Crítica Colonial, Perspectiva Queer e Epistemopolítica Radical

Fabiano de Souza Gontijo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ) - Coordenador/a, Pedro Paulo Gomes Pereira (Unifesp) - Debatedor/a, Moisés Alessandro de Souza Lopes (Universidade Federal de Mato Grosso) - Participante, Silvana de Souza Nascimento (Universidade de São Paulo) - Participante, Estêvão Rafael Fernandes (Universidade Federal de Rondônia) - Participante Os aspectos relacionados à experiência da diversidade sexual e de gênero nas zonas rurais brasileiras foram pouco tratados, no Brasil, no âmbito das Ciências Humanas e, em particular, da Antropologia, apesar da consolidada teoria e metodologia dos campos de estudos sobre ruralidade e campesinato, por um lado, e, por outro, sobre gênero e sexualidade. O mesmo se observa em relação aos contextos interiores, caboclos e ribeirinhos e às situações etnicamente diferenciadas, indígenas e quilombolas, apesar de os estudos sobre etnicidade e sobre povos e comunidades tradicionais terem uma longa trajetória no país. Trata-se aqui de elaborar uma reflexão crítica sobre a persistência da exclusão produzida por pesquisas nas Ciências Sociais brasileiras e, em particular, em Antropologia, sobre a diversidade sexual e de gênero em situações rurais ou interiores e em contextos etnicamente diferenciados.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países – Argentina, Uruguai e Brasil – é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de memórias em disputa (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o progresso nacional, a



?afirmação das leis?, a ?segurança dos cidadãos? e da ?propriedade privada?. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevideu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração ? instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiter-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN



Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e



expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como "área de mulher". Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés "CRIVA", criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de "área de mulher" são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as "áreas de mulher" são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparei a organização e realização de dois "Encontros de mulheres indígenas", de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do Igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as "lideranças Tembé" estabelecem entre "saúde diferenciada?", discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de "novas



lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembés na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aponta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOUMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembés na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Albert engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu?", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos



tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 016. Ilegalismos, circuitos judiciários e administração de conflitos no Brasil, Argentina e Canadá

Lenin dos Santos Pires (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Mariano Perelman (UBA-CONICET) - Participante, Luciane Patrício Barbosa Martins (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE) - Participante), Joao Gustavo Vieira Velloso (Université d'Ottawa / University of Ottawa) - Participante, Brigida Renoldi (CONICET) - Debatedor/a Esta mesa redonda tem por objetivo discutir a problemática da gestão de ilegalismos e a mobilização de circuitos judiciais a partir de pesquisas etnográficas sobre administração de conflitos no Brasil, Argentina e Canadá. Os ilegalismos são entendidos aqui como condutas que, uma vez patrocinadas por sujeitos específicos, contrariam determinadas expectativas morais e legais que as interpretam enquanto algo de nocivo ou perigoso. A gestão dos ilegalismos envolve desde uma relativa tolerância até suas penalizações, conforme os contextos e interesses em jogo. Nossa proposta buscar promover um debate entre os resultados de abordagens etnográficas e comparativas da pesquisa sociológicas de mercado, Conflitos de Interesses e Práticas de Controle nos Processos de Administração Institucional de Conflitos, desenvolvida no âmbito do INCT-InEAC, assim como os estudos de participantes convidados. Neste sentido, priorizaremos pesquisas que realizam um enquadramento mais elucidativo e dinâmico das práticas judiciais e de controle administrativo empregadas na gestão de ilegalismos. A partir de três contextos distintos, nós nos questionaremos, por exemplo, sobre as definições ancoradas em leis e regulamentações que definem e classificam os atores e suas práticas na utilização do espaço público, assim como as formas de sanções voltadas para o controle de acesso e uso desses espaços e na instauração de relações, territórios e territorialidades específicos.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países - Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de memórias em disputa (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o progresso nacional, a afirmação das leis, a segurança dos cidadãos e da propriedade privada. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevideu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da



memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração ? instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiter-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit



democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional



Índigena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as ?lideranças Tembé? estabelecem entre ?saúde diferenciada?, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de ?novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOUMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das



lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu?", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.



[Trabalho completo](#)

MR 017. Interculturalidade e políticas públicas: alguns desafios e experiências no campo da saúde para Povos Indígenas no Brasil

Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Coordenador/a, Andréa Borghi Moreira Jacinto (Ministério da Saúde) - Participante, Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (Universidade de Brasília) - Participante, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Participante

No Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, está previsto "um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias". Enquanto sociedade pluralista de Estado democrático, a noção de interculturalidade suscita uma discussão teórica e programática fundamental sobre seu papel como princípio norteador da política pública de saúde para os povos indígenas no Brasil. Há necessidade de uma elaboração mais sistemática sobre o conceito e sua aplicabilidade no campo da saúde. A questão de como efetivar atenção à saúde indígena "contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política", como pretende a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, mantém-se como desafio no campo institucional responsável pela implementação das ações, acadêmico e da política indígena. Esta Mesa-Redonda relacionar, conceitualmente e a partir da apresentação de experiências e pontos de vistas diversos, estes dois propósitos - interculturalidade e política de saúde indígena pautada pelo princípio da diversidade, com o intuito analítico de dimensionar a complexidade da implementação de ações de saúde indígenas pelo Estado brasileiro.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países - Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de memórias em disputa (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o progresso nacional, a afirmação das leis, a segurança dos cidadãos e da propriedade privada. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevideo. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios onde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência



da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração ? instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiteer-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis



O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a



participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as "áreas de mulher" são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois "Encontros de mulheres indígenas", de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do Igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as "lideranças Tembé" estabelecem entre "saúde diferenciada?", discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de "novas lideranças?", com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aponta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOUMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajatória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta



Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu?", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 018. Juventudes contemporâneas: estética, política e consumo
Alexandre Barbosa Pereira (Universidade Federal de São Paulo) -
Coordenador/a, Mylene Mizrahi (Pontifícia Universidade Católica do Rio de



Janeiro) - Participante, João Batista de Menezes Bittencourt (UFAL) - Participante, Marco Aurélio Paz Tella (Universidade Federal da Paraíba) - Participante

A proposta dessa mesa é discutir aspectos das juventudes contemporâneas que mobilizem, ao mesmo tempo, questões estéticas, de lazer, de consumo e de ativismos políticos. Compreende-se que o mundo passa por uma série de transformações a partir do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação e que essas incidem diretamente nos modos de ser jovem, oferecendo, como afirma Appadurai, novas possibilidades imaginativas. Em outras palavras, os sujeitos considerados jovens e suas práticas culturais seriam, simultaneamente, protagonistas e resultado dessas transformações. Nesse processo, as diferentes formas de ocupar o tempo livre associadas aos novos ativismos políticos, em muitos casos atrelados a manifestações artísticas, apresentam-se como uma arena fundamental de expressão de novos estilos de vida. Despontam, assim, no mundo atual, uma série de insurgências juvenis que desafiam perspectivas simplistas que buscam encaixá-las numa chave dual de entendimento. Há, portanto, novas formas de atuação social que não podem ser reduzidas a um único espectro político, fugindo, portanto, a enquadramentos fixos. Nesse sentido, a mesa busca apresentar novas possibilidades de entendimento das juventudes contemporâneas a partir das relações com o consumo, a produção artística, a indústria cultural, a política, as gerações, as identidades de gênero e étnico-raciais.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países – Argentina, Uruguai e Brasil – é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de memórias em disputa (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o progresso nacional, a afirmação das leis, a segurança dos cidadãos e da propriedade privada. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevideu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração e instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias



internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal - surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú - PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiteer-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da



atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas



organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as lideranças Tembé estabelecem entre saúde diferenciada?, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOURMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajatória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de



procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, 'A queda do céu?', com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 019. Museus e patrimônios pensados por indígenas universitárias

Priscila Faulhaber Barbosa (Museu de Astronomia e Ciências Afins) - Coordenador/a, Eliane Boroponepa Monzilar (Escola Jula Pare/ SEDUC) - Participante, Carolina Camargo de Jesus (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARICÁ) - Participante, Renato Athias (Universidade Federal de Pernambuco) - Participante

Propõe-se reunir nesta mesa, integrada ao GT Museus e Patrimônio da ABA, testemunhos de estudantes universitárias indígenas que constroem seus projetos de vida com relação ao meio de origem. Quando entram no sistema educacional suas trajetórias como estudantes e pesquisadoras envolvem dilemas éticos. Querem contribuir para reformar a cultura material e imaterial do grupo de referência e



do povo ao qual se vinculam. Veem as mulheres como principais difusoras da cultura e dos conhecimentos locais, do trabalho agrícola, da pesca ou das artes e artesanatos. Nestes reconhecem uma ponte para suas práticas da vida cotidiana e para a expressão de sua visão de mundo, em comunhão com as anciãs que transmitem conhecimentos de geração em geração. Elas detêm o domínio dos conteúdos ainda não traduzidos para a linguagem alfabética, para a cultura letrada, para o domínio escolar bilíngue ou bicultural. Veem os museus como lugares de memória e de construção do conhecimento. Problematicam, no entanto as atividades nos museus. Como pontos positivos, destacam a preservação da memória e a possibilidade de lembrar eventos ou histórias esquecidas. Como inconveniente apontam que os objetos apropriados pelos museus ficam guardados entre quatro paredes, sendo preciso elaborar projetos para a difusão e reconhecimento da significação cultural que comportam. Consideram a abertura para as demandas comunitárias relevante para a dinâmica cultural.

MR 020. Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil

Rafael da Silva Noletto (Universidade Federal de Pelotas) - Coordenador/a, Natacha Simele Leal (Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) - Participante, Rafael Antunes Almeida (UNILAB) - Participante, Diógenes Egidio Cariaga (PPGAS/UFSC) - Participante Recentemente, o Brasil experimentou uma expansão do Ensino Superior pela implantação de programas governamentais que resultaram na criação de novas universidades federais e na ampliação das universidades federais já existentes. Como política pública do governo Lula, o Programa de Expansão da Educação Superior Pública (EXPANDIR, 2003-2006) e o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais (REUNI, 2007-2012) foram decisivos para mudar o cenário do ensino superior público no país. Com proposta de interiorização e criação de universidades multicampi, novos bacharelados e licenciaturas interdisciplinares e nas áreas de Ciências Sociais e/ou Antropologia, bem como pós-graduações, foram implementados visando atender às chamadas vocações locais de diversas regiões do país e abrindo maiores possibilidades para a atuação no Ensino Superior. Esta mesa redonda tem por objetivo reunir professores/as de Antropologia, vinculados/as a diferentes campos de pesquisa e que atuam em universidades federais do interior do Brasil. Pretende-se debater o exercício da docência em Antropologia fora dos grandes centros de formação em Ciências Sociais, buscando problematizar práticas pedagógicas, dilemas profissionais, relações com a comunidade, experiências de pesquisa impactadas pelo contexto de atuação profissional, aproximações/distanciamentos com alteridades caras ao debate antropológico e, por fim, implicações políticas da expansão do Ensino Superior no Brasil.

MR 021. O ataque sem precedentes aos direitos dos povos indígenas, quilombolas, e outros povos tradicionais

Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB) - Coordenador/a, Franklin Paulo Eduardo da Silva (Secretaria de Educação do Estado do Amazonas) - Participante, Waldir da Silva Pereira (UNISINOS) - Participante, Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG) - Participante Esta MR apresenta um panorama, a partir de reflexões do trabalho do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA, incluindo dois dos seus membros e seu coordenador, e atualiza a situação dos povos tradicionais frente ao ataque sem precedentes nos últimos anos, por uma série de proposições legislativas lançadas pela bancada ruralista, junto com grandes consórcios de empresas de agronegócio, mineração e construção de hidrelétricas, como a PEC 215/2000, que transfere para o Congresso Nacional a competência para demarcar terras ocupadas tradicionalmente pelos indígenas e quilombolas, visando paralisar futuras demarcações, além de medidas que



visam facilitar a licitação de grandes projetos em territórios de povos tradicionais. O Parecer AGU nº 001/2017, que contraria a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), ao tentar impor a tese do marco temporal é mais uma violação dos direitos dos povos indígenas. Na Região Amazônica, abordar-se-á o avanço dos grandes projetos e estratégias do movimento indígena para enfrentar as ameaças atuais. Na Região Sul, focalizar-se-á os conflitos envolvendo grandes empresas, povos e comunidades tradicionais, a repartição dos benefícios da biodiversidade no bioma pampa, e as disputas em torno da materialização em curso do Zoneamento Ecológico Econômico no RS. Para a Região Sudeste, haverá reflexões da pesquisa que o GESTA-UFGM tem conduzido sobre o desastre da Samarco e as comunidades afetadas em Mariana. Sudeste.

MR 022. Oriente Médio, conflito e refúgio: problematizando categorias e politizando o debate

Gisele Fonseca Chagas (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Mirian Alves de Souza (UFF) - Participante, Gustavo Baptista Barbosa (Ministério das Relações Exteriores) - Participante, Silvia Montenegro (CONICET) - Participante, Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a A transformação da gestão do refúgio enquanto questão humanitária deve ser acompanhada da contextualização histórica e do debate político em torno dos conflitos que o provocaram, uma vez que a ideia abstrata do refúgio despolitiza as práticas e os atores envolvidos. Tendo como ponto de partida pesquisas empíricas sobre refugiados sírios e palestinos no Brasil, na Argentina e no Líbano, a Mesa "Oriente Médio, conflitos e refúgio: problematizando categorias e politizando o debate" propõe discutir como a questão do refúgio tem sido mobilizada e gerida pelos distintos atores (Estados, ONGs, mídia, trabalhadores humanitários) e ela atrelados, focalizando nos debates sobre as diferenças entre um refugiado, um solicitante de refúgio, um imigrante e um portador de visto humanitário. Objetiva-se refletir sobre os modos pelos quais os conflitos do Oriente Médio se reverberam na diáspora sul-americana, considerando pensar o papel das comunidades de imigrantes locais, atores humanitários, estados de acolhida e do próprio fazer antropológico no que Liisa Malkki (1995) chama de "a ordem nacional do mundo". Como realizar trabalho de campo em situações de conflito? Como o trabalho antropológico pode contribuir para o debate público em torno da questão do refúgio e dos direitos humanos?

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países - Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de "memórias em disputa" (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o "progresso nacional", a "afirmação das leis", a "segurança dos cidadãos" e da "propriedade privada". Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito



existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração ? instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiteer-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.



Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas



progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as ?lideranças Tembé? estabelecem entre ?saúde diferenciada?, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de ?novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOURMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)**Trajетória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".****Autoria:** Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu?", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas**Autoria:** Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)



MR 023. Povos indígenas e expressões contemporâneas do colonialismo

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) - Coordenador/a, Pablo Quintero (UFRGS) - Participante, Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ) - Participante, Vanessa Hacon (UFRRJ) - Participante, João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRRJ) - Debatedor/a Mais do que encerrar fenômenos, a noção de colonialismo remete a questões que estão longe de serem esgotadas. Centrada na ideia de agentes e de espaços de poder estendendo domínios sobre povos e territórios, suas expressões estão fundadas em relações de dominação, mas suscitando interações e interesses pouco compreensíveis a partir da dicotomia dominador(es) X dominado(s). A presente mesa, assim, acompanha a proposta de J. e J. Comaroff, de base histórica, atenta a dialéticas de troca, apropriação, acomodação, luta. A questão colonial não se prende, pois, a um passado, mas é fundamental na (re)produção das dinâmicas sociais hoje. Na América Latina, África e Ásia, o ciclo de investimentos estrangeiros e aquisição de terras iniciado nos anos 2000 não apenas intensificou conflitos e processos de desterritorialização, como evidenciou situações de neocolonialismo e colonialismo interno. Aos processos expropriatórios impulsionados pelo neoextrativismo somam-se, em uma "agenda verde", formas de controle da terra e de exploração dos recursos, apoiadas sobre distintos mecanismos de governo e formas do poder estatal. Expandem-se e diversificam-se processos de controle da força de trabalho, exercícios de violências epistêmicas e físicas sobre populações, governo de territórios e mercantilização da natureza, na reprodução e expansão do capitalismo. Esta mesa, então, propõe considerar como os indígenas fazem face ao (continuado) desafio de produzir respostas nesta complexidade.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países – Argentina, Uruguai e Brasil – é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de "memórias em disputa" (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o "progresso nacional", a "afirmação das leis", a "segurança dos cidadãos" e da "propriedade privada". Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração – instâncias de recriação da



identidade coletiva do grupo ? e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal ? surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política ? e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú ? PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiteer-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais ? e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de



documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relatei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca



de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as ?lideranças Tembé? estabelecem entre ?saúde diferenciada?, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de ?novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOURMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates



antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu?", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 024. Riscos, impasses e possibilidades do fazer antropológico em tempos sombrios

Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS) - Coordenador/a, Jurema Gorski Brites (Universidade Federal de Santa Maria) - Debatedor/a, Sandro José da Silva (UFES) - Participante, Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (Museu Nacional - PPGAS) - Participante, Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) -



Participante A história da Antropologia é marcada pelo comprometimento da disciplina com causas diversas. Algumas bastante controversas. No caso da Antropologia brasileira, algumas muito salutares. Essa MR propõe debater, a partir dos acontecimentos que marcaram o Brasil em 2016, um pouco dessa movimentação de aparente retrocesso e novidades incômodas. A partir de trajetórias acadêmicas que se encontram em diferentes momentos, destacaremos como a história na Antropologia no Brasil é tecida por meio de um fazer científico comprometido com as populações estudadas e, em geral, em situações de risco político, de apagamento e de vulnerabilidades inúmeras. Há situações sintomáticas do perigo representado pela Antropologia no país ao se colocar ao lado daqueles que, embora compondo a maioria demográfica no campo e na cidade, ainda representam um enorme contingente de minorias sociais sujeitas a ausências de todos os âmbitos. Essa MR, então, refletir sobre a antropologia política do golpe, as fronteiras agrárias e religiosas hoje, as transformações nas relações com o trabalho doméstico, a partir de questões étnico-raciais e de gênero, que algumas vezes, com novas roupagens, tentam desconstruir esse saber acumulado ao longo de mais de um século de Antropologia no Brasil.

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Autoria: Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países – Argentina, Uruguai e Brasil – é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de memórias em disputa (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o progresso nacional, a afirmação das leis, a segurança dos cidadãos e da propriedade privada. Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevidéu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração e instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevidéu, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

[Trabalho completo](#)



Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Autoria: Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal - surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú - PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiter-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Autoria: Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Autoria: Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da



participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, ?sequestro? de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

Autoria: María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como ?área de mulher?. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés ? CRIVA ?, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de ?área de mulher? são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as ?áreas de mulher? são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparei a organização e realização de dois ?Encontros de mulheres indígenas?, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do Igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional e da formação escolar e técnica; redundando em



construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

[Trabalho completo](#)

Saúde Diferenciada?, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Autoria: Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as lideranças Tembé estabelecem entre saúde diferenciada?, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de novas lideranças?, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOURMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

[Trabalho completo](#)

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Autoria: Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas



relações de uma proposta de intervenção, 'A queda do céu?', com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

Autoria: Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

[Trabalho completo](#)

MR 025. Saúde com lágrimas: cidadania e peso social da maternidade e infância na vida cotidiana

Russell Parry Scott (UFPE) - Coordenador/a, Débora Diniz Rodrigues (Universidade de Brasília) - Participante, Ana Cláudia Rodrigues da Silva (Universidade Federal de Pernambuco) - Participante, Marcia Reis Longhi (UFPB) - Participante Esta mesa examina mulheres cuidadoras diante do sistema de saúde. Foca suas práticas e emoções ao lidarem com problemas de saúde dos seus dependentes. Quando Scheper-Hughes escreveu "Morte sem lágrimas: a Violência da Vida Cotidiana no Brasil" descreveu um cotidiano violento e sistemas de saúde e de assistência muito precários que afetavam a maneira pela qual as mulheres encaravam a morte de bebês. Hoje a vida cotidiana continua violenta e sistemas de saúde e assistência precários, em maneiras bem diferentes. A implementação do SUS, a adoção de metas de redução de mortalidade infantil e atenção básica na Estratégia de Saúde de Família, e o advento da epidemia da Síndrome Congênita da Zika implicaram num Estado mais presente. As mães tornam-se cidadãs. Recai nelas um enorme peso como responsáveis pelo alcance das metas da resolutividade nacional do sistema de saúde. Simultaneamente, as mulheres reivindicam direitos



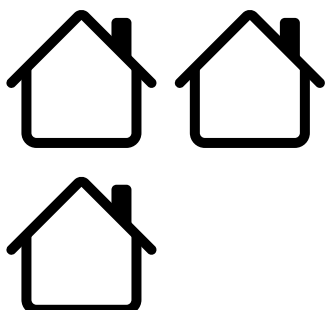
desrespeitados. Nesta mesa se discutem as mudanças históricas que contribuem para a relação de mulheres com a infância, com dependentes, e com o sistema de saúde e assistência. Examina manifestações de peso social nas mulheres, a sua inserção no campo de direitos e cidadania, e suas vivências de itinerários terapêuticos, dando realce às experiências, às emoções, às relações com os serviços e à capacidade de reivindicação das próprias mulheres nas suas buscas de atenção responsável como cuidadoras dos seus filhos e dependentes.

MR 026. Terras em Disputa: Diversidade fundiária, (des) regulamentações e retirada de direitos

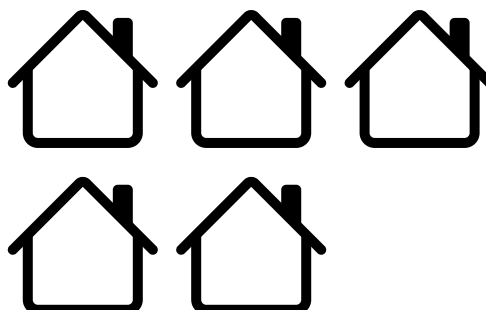
Senilde Alcântara Guanaes (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA) - Coordenador/a, Marisa Barbosa Araújo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Participante, Senilde Alcântara Guanaes (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA) - Participante, Delma Pessanha Neves (Professor permanente do PPGA UFF) - Participante, Nashieli Cecília Rangel Loera (Departamento de Antropologia) - Debatedor/a O atual cenário político brasileiro tem propiciado desmontes e retrocessos relacionados a políticas de devolução e distribuição de terras de populações indígenas e rurais, com a eminência de supressão de direitos através de MPs, PECs e PLs junto ao legislativo. A questão da posse da terra e seus recursos naturais, aliada a outros interesses econômicos, é o que rege as medidas recém tomadas pelo governo Temer, pautado pelos interesses dos setores ruralistas, segmento fortalecido nos últimos anos. Dentre as recentes regulamentações aprovadas, figura a MP 759/2016: sancionada em julho de 2017, a lei trata da regularização fundiária urbana e rural e promove alterações das regras da Política Nacional da Reforma Agrária. A regulamentação, em linhas gerais, permite a legalização de áreas públicas invadidas, retira exigências ambientais para regularização fundiária e transfere a responsabilidade da seleção de famílias beneficiárias para o âmbito municipal. Como consequências possíveis se colocam o agravamento do desmatamento e dos conflitos violentos por terra, a submissão das populações rurais mais vulneráveis a oligarquias agrárias locais, o aquecimento do mercado de terras e o aumento da pressão sobre terras indígenas e de populações tradicionais ainda não demarcadas e formalizadas. Propomos, através de olhares complementares acerca de situações etnográficas no estado de São Paulo, Roraima e Paraná, refletir sobre as consequências, articulações e reações a este processo.



Realização:



Apoio:



Organização:

